

## *A ideia de Nação em África: Etnia ou Estado Moderno?*

*Muanamosi Matumona*

### **Introdução**

As aventuras europeias em África não deixaram este continente e os seus povos intactos, pois, estes contactos tiveram um impacto significativo, tendo alterado profundamente a filosofia, a organização social, a religiosidade e a identidade do africano. Até hoje, as conseqüências deste encontro continuam bem salientes. Entre estes factos protagonizados pelos europeus no espaço africano, destaca-se o colonialismo, que será objecto da nossa análise, sob perspectivas histórica, antropológica e sociológica.

Neste sentido, procuraremos demonstrar como o colonialismo forçou o africano a ter uma ideia *sui generis* sobre realidades como nação, Estado, país, fenómenos do Ocidente que foram transplantados para o continente berço (cf. Lomo, 2006: 175). São os mesmos fenómenos que estão em confronto com o mundo tradicional, e que ainda mantém a sua força e a sua actualidade, já que a modernidade europeia não “devorou” completamente a cultura tradicional negro-africana (cf. Ela, 1998: 56). Isto representa, pois, um desafio, também para o africano, no que toca a concepção do termo nação.

Decididamente, à luz dos princípios da metodologia científica, dividimos a nossa exposição por cinco pontos, que apreciam estes temas: o *colonialismo* (tendo em conta os resultados da Conferência de Berlim (1885), que veio traçar “fronteiras artificiais”), evento que veio baralhar a organização social; as *independências* conseguidas com o apoio dos movimentos nacionalistas; a aprovação, hoje, dos *Estados modernos* (onde mazelas como o tribalismo, a etnicidade, têm um lugar de destaque, embora hajam algumas excepções, em menor escala); a difícil coabitação *Estados-Etnias*; o *quadro actual e os desafios urgentes*.

## I. O Colonialismo em foco

Já foi salientado que o colonialismo, tendo sido também um encontro de culturas, criou muitas situações embaraçosas para a África. Com isso, muita coisa mudou neste continente, tendo esta mutação influenciado a “ideia de nação” na perspectiva africana.

### 1.1. Expansão colonial e dispersão dos reinos e impérios

Muito antes de o europeu chegar à África, chefes de envergadura excepcional dirigiam os impérios e reinos existentes naquele continente. Com uma forte organização social, África parecia estar longe de ser uma terra colonizável. Porém, a entrada do europeu procurou virar o curso implacável do destino dos povos africanos, que já tinham formado grandes conjuntos políticos supra-tribais, que “sobreviveram” durante séculos (cf. Fage, 2010: 305). É este o sentido das epopeias registadas na África Negra: Chaka, Usman das Fodio, El-Hadj Omar, Samori, Mádi e Menelique, da Etiopia.

Estes homens influíram o destino histórico de regiões inteiras de África. Eram venerados como deuses, e também temidos como diabos, num raio de vários milhares de quilómetros à sua volta. Há exemplos claros: os *Ngunis* instalaram-se no Sudeste. Compostos por várias etnias, estavam rodeados a leste pelos *sothos*, enquanto ao norte e ao sul viviam grupos aparentados, como os *Suazi*, os *khosas*.

Assim, podemos citar o Império Zulu, cujo rei, Chaca, revolucionou as estruturas sociais, formando um exército permanente, aprovando a poligamia, impondo e recomendando a disciplina, optando também outros hábitos, usos e costumes; os *torobés*, no Sudão, confundidos com os *peules* espalhados pelo Mali; os *bakongo*, no Reino do Congo, hoje bem divididos; os povos *shona* do Monomatapa (Zimbabwe); o Império Lunda foi retalhado em três fatias, entre Congo, Angola e Rodésia. Mais tarde, muitos reinos e impérios conheceram o declínio, devido à falta de entendimentos, desunião, sucessões. Assim sendo, diz-se que a expansão dos brancos desorganizou quase tudo no mundo africano (cf. Basil, 1978: 71-80.89-92 e Kizerbou II, 2002: 5-9.13.79).

## 1.2. A Conferência de Berlim e o novo mapa de África

Os interesses dos europeus para com a África eram cada vez mais evidentes depois da sua fixação nesta região. Bélgica, França, Portugal, no século XIX, sentiram a necessidade de oficializar a sua presença neste continente para organizar melhor a exploração das suas riquezas. Na África Central, por exemplo, destacaram-se nomes como Livingstone, Brazza, Leopold II, Bismarck. Livingstone não cessava de acusar Portugal. Para ele, Portugal não tinha qualquer poder para colonizar a África.

Para ele, era a Grã-Bretanha que estava bem indicada. Porém, Stanley, mais inclinado para a violência, envolveu-se numa expedição de 700 homens, descobriu as maravilhas do continente negro, quando Bélgica e Portugal também actuavam para ocupar a rica bacia do Congo/Angola. A opinião inglesa sentiu-se indignada por uma região daquelas ser entregue a "um país retrógado"- Portugal. E este (Portugal), sentindo o terreno a faltar-lhe debaixo dos pés, lançou então a ideia de uma Conferência Internacional. Daí, a Conferência de Berlim (1884-1885) (Cf. Kizerbou II, 2002: 74-76 e Kamé, 2010: 47).

Esse acontecimento tem merecido várias leituras por parte dos historiadores africanos, que não poupam o europeu nas suas críticas. Eis algumas posições:

*“A abertura do mercado internacional do ‘negro’, na primeira metade do XVI século, e a sua regulação durante mais de 300 anos pelos Estados europeus, está na fonte dos primeiros traumas que travaram o desenvolvimento económico e progresso social da África Negra. Determina também um dos crimes contra a humanidade”* (Kamé, 2010: 34)

E ainda:

*“No alvorecer do século XIX, a África, sangrada de todos os lados, desde há quatro séculos, pelo tráfico negreiro, atrai cada vez mais a atenção do mundo. Porquê? Em primeiro lugar, por causa do movimento contra a escravatura [...] O movimento missionário, resultante em parte desta nova atitude europeia, vai contribuir também para a fortificar [...] Os imperativos cada vez mais severos que pesam sobre as*

*economias nacionais da Europa levarão então à intervenção militar imperialista”* (Kizerbo II, 2002: 67).

Seja como for, a verdade é que na Conferência de Berlim, foi decidida a invasão europeia em África. E com isto, a sua “partilha”: tratava-se de fixar a regra do jogo, e de disciplinar a luta de interesses. A razão principal profunda desta agitação foi de ordem económica. Em 1980, apenas uma décima parte de África estava vagamente ocupada pelos europeus. Em vinte anos, o colono apoderou-se de todo o resto, ocupando os territórios: Grã-Bretanha, França, Bélgica, Alemanha, Holanda, Itália, e Portugal foram os maiores “beneficiários” desta Conferência. Dividiram a África a seu bel prazer, tendo em conta os seus interesses económicos, com implicações políticas (cf. Kizerbou II, 2002, 76-77).

Daí, a formação de “África portuguesa”, “África francesa”, “África inglesa”... Este “desenho” não considerou as fronteiras naturais baseadas em critérios também “naturais”: línguas, cultura, etnias. Após a assinatura do documento produzido na referida Conferência, a teoria da “inumanidade dos negros” impôs-se, e permitiu ao europeu conquistar, colonizar e explorar o “novo mundo”. Com esta proeza, as potências europeias beneficiaram das riquezas no interior do continente africano. Multiplicaram as suas intenções em relação à exploração do africano e da sua terra (cf. Kamé, 2010: 47).

## **II. Independência e formação de Estados modernos**

Com o colonialismo bem posto, no século XX, o nacionalismo africano, sobre formas múltiplas, exprimiu-se com muita força até à conquista da independência. Surgiu a reacção dos intelectuais e de outros movimentos de várias vertentes, que viam na intrusão europeia uma ameaça para a sua identidade. O nacionalismo surgia como uma resistência mais popular, que tomou as formas mais variadas, chegando até à sublevação armada. Era o “despertar da África Negra”, com o surto do nacionalismo, que aspirava à independência.

Neste sentido, o nacionalismo africano domesticado ou esmagado exprimiu-se sob a forma de revolta. Surgiram novas circunstâncias históricas que lhe conferiram a estatura

de uma revolução. De facto, depois da II Guerra Mundial (1947), surgiu uma viragem decisiva na história universal, e em particular na história de África. Neste contexto, estudantes, intelectuais, sindicatos, os partidos políticos juntaram-se através de alguns movimentos culturais e filosóficos como o panafricanismo e a negritude. Os africanos sentiram-se unidos pela raça. Surgia a era dos movimentos de libertação nacional, que ganharam também o estatuto de partidos políticos, mas com uma forte acentuação étnica. Os membros que pertencem a etnias dos presidentes têm sempre outros “privilégios” (Kizerbou II, 2002: 85-86.157-158).

Mas, na verdade, os esforços foram bem compensados. Por isso, muitos países, no fim da década de 50 e no princípio da de 60, tornaram-se independentes. Houve, realmente, o processo da descolonização. Porém, com a independência, o nacionalismo africano já não pôde fornecer respostas sérias e certas aos problemas reais. Os seus discursos já não passavam de excitações estereis e de contradições indefinidas. Tornou-se o álibi dos privilegiados, que recorriam ao “mito da totalidade nacional” para fazer esquecer as desigualdades reais e outros problemas sociais. Contudo, as independências foram conquistadas na base de fronteiras artificiais herdadas pelo colonialismo (cf. Raymond, 2007: 87-90).

Com esta realidade, torna mais complicada a ideia de nação para o africano. É lógico registar esta posição africana:

*“Surge-nos em primeiro lugar a absurda divisão actual, herdada da colonização. Tribos há, e aldeias, e mesmo famílias, cortadas por fronteiras que seguem os paralelos ou os meridianos escolhidos sobre um tapete verde em Londres ou em Paris, no século XIX [...] Assim, o povo senufo [...] encontra-se hoje dividido entre três Estados: o Mali, a Costa do Marfim e o Alto Volta”* (Kizerbou II, 2002: 424).

No caso de Angola, por exemplo, o Reino do Kongo sofreu uma grande divisão, que ainda nos nossos dias cria muitos problemas: encontramos os bakongo ao norte de Angola, ao sul da República Democrática do Congo e da República do Gabão, e no Congo Brazzaville. Todos falam a mesma língua e têm os mesmos usos e costumes. Mas não pertencem, hoje, ao mesmo país...

É de realçar, nesta linha, que a política africana conheceu “novidades”, como o tribalismo, a ditadura e a democracia. São elementos fundamentais que merecem uma reflexão profunda. O *tribalismo* aparece como uma “praga” já antiga, pois não começou nos nossos dias. Existe desde os tempos remotos e continua a dominar até hoje a mentalidade africana, tocando também a agenda política... Correspondia a uma organização social, mas virada para o reagrupamento de uma série de núcleos familiares. Na *era colonial*, a tônica foi outra: a reivindicação étnica tomou um sentido ambíguo; a etnia foi largamente sublinhada para controle administrativo, político e religioso. A etnicidade surgia como um modo de organização política.

Neste quadro, as reivindicações tribais e regionais ganham terreno, pondo os países em contínuo risco de explosão. A etnicidade surge como instrumento dos líderes que controlam ou facilitam a execução do poder, num ambiente de conflitos, que são uma realidade, confinada em sistemas de desigualdade e de dominação que prevaleciam antes ou mesmo durante a colonização e que não foram abolidos, continuando a marcar passos na história, sob a capa das “instituições modernas”.

Por isso, a integração das etnias tem sido um processo precário, aparecendo como uma ameaça. É nesta perspectiva que os partidos políticos (e suas tendências), os movimentos, mesmo qualificados de revolucionários, exprimem o peso relativo dos grupos étnicos com a pluralidade de opções no tocante às diversas esferas. Assim, as tribos, em vez de ser forças de coesão, surgem como fontes de tensão da sociedade nacional ou estatal. Por isso a África Negra promove “Estados sem nações” (Cf. Balandier, 1987: 177-178).

### **III. A difícil coabitação entre etnias e Estados modernos**

Mesmo com estatuto de países independentes, não foi possível uma nova filosofia política, pois a ideologia colonial foi bem adoptada para dar vida aos Estados modernos, sem qualquer possibilidade para regressar às “fontes”...

Os novos Estados independentes de África Negra inventaram as suas superestruturas institucionais, todas elas largamente inspiradas pelas instituições políticas das potências coloniais, que acabaram de “largar” o poder. Estes Estados modernos surgiram como instituições importadas que entraram em confronto com as infra-estruturas políticas,

sociais e económicas do passado, concretizando um “desconexão” com as instituições locais.

Viu-se claramente que as potências coloniais estiveram na base da instabilidade que afecta os africanos. Trata-se de um handicap para o desenvolvimento do continente, handicap este que esteve sempre presente desde que a África se tornou independente. Daí, a procissão de crises: Angola, República Democrática do Congo, Nigéria, Ruanda, Burundi. Neste sentido, a questão da formação do Estado contemporâneo aparece como um tema que ajuda a entender as posições assumidas pelos africanos no que diz respeito à ideia que têm de nação, pois, é quase o neo-colonialismo que apareceu nesta nova forma de Estado. Hoje, assiste-se a uma via sacra de crises destes Estados, que suscita saudades da África que tinha “fronteiras naturais”. Daí, o choque entre Estado pré-colonial e o Estado contemporâneo (cf. Kipré, 2006: 115.146).

Sobre isso, a palavra para o historiador Pierre Kipré:

*“O primeiro tipo de Estado responde à lógica das relações essencialmente inter-africanas e anteriores à conquista colonial. É produto de conflitos, relações de forças, convências e contradições próprias de uma história que se vive longe, fora das relações entre África do Oeste e o Ocidente”* (Kipré, 2006: 147).

Pelo que hoje, muitos concordam com a “teoria da reabilitação” do Estado africano pré-colonial que tem um peso na história da África Negra, ou na história e na antropologia dos Estados na África negra. Pode-se dizer que os Estados actuais são também Estados neocoloniais, num processo de formação de Estados contemporâneos em África. Esta fórmula é resultado de um processo que tem a ver com a centralização da autoridade política, e com a projecção “forçada” da nação, pela instauração autoritária da unidade entre grupos heterogêneos existentes no país. Esta realidade é completada por uma organização geralmente autoritária (sistema de partido único...).

Agora, isto é, depois do colonialismo, a África luta pela integração nacional e pela construção de Estados, processos estes que têm estado a criar muitas dificuldades na compreensão do conceito “nação”... Falou-se do panafricanismo, e mais tarde da União Africana. Nesta perspectiva, projecta-se a criação dos “Estados Unidos de África”, uma

proposta do presidente líbio Kadhafi, mas que está a ter poucos seguidores. E sente-se a necessidade de “restituir” à África a memória da sua antiga organização, e comparar o hoje com o que foi a África no tempo colonial. E confirma-se que há continuidades e descontinuidades entre a era pré-colonial e a era pós-colonial . E nota-se que este ou aquele aspecto do Estado contemporâneo é o prolongamento da era colonial. Porém, o pluralismo político nos finais dos anos 80 tornava-se uma realidade, e permitiu o surgimento e a revisão de muitos problemas. Surgiram temas como a democracia, direitos humanos, integração regional, etc. (cf. Kipré, 2006: 149-153).

#### **IV. O que é uma Nação?**

Argumentos não faltam para justificar as “ambigüidades africanas” na concepção de ideia de nação. Vejamos: os politólogos realçam que, objectivamente falando, o termo, ao contrário da perspectiva modernista que vê a nação como um fenómeno recente situado no tempo, a perspectiva objectiva procura essencialmente identificar a nação a partir de distinções no seio da espécie humana de natureza racial ou étnica. Nesse sentido, transformam-se as nações em obra da providência, que teria separado admiravelmente as nações não somente por florestas e montanhas, mas, sobretudo, por línguas, gostos e caracteres. A nação surge, assim, como uma concepção orgânica e cultural.

Por seu turno, a concepção subjectiva de nação baseia-se na ideia de que a distinção entre as nações não deve assentar numa suposta diferença de raças puras, mas, sim, numa base cultural e numa certa sedimentação histórica. Isto está bem assente numa opção consciente dos indivíduos e na adesão a princípios de convivência colectiva aceites por todos (cf. Sá, 1999: 141).

Como o problema do Estado-nação tem sido estudado no contexto das ciências sociais, eis as conclusões de um estudioso negro africano:

*“Todavia, com a consideração da perspectiva histórica das noções como ‘etnia’, ‘tribo’, ‘cidade-Estado’, os historiadores, em colaboração com os antropólogos, abrem novas vias para o seu desenvolvimento. Estas noções são manejadas de uma forma delicada, tanto que surgem dificuldades para definir o seu conteúdo semântico, e as*



*mesmas continuaram a ser referencias para alguns estudos sobre a natureza e o Estado contemporâneo”* (cf. Kipré, 2006: 152).

À luz destas considerações, aceita-se que entre as grandes questões sobre a África, está na ordem do dia o problema do Estado, sempre na base dos binómios colonização-pós-colonização, partido-Estado, que fizeram com que os africanos perdessem o seu próprio destino e a sua identidade. Com o formalismo da democracia importada, surge outra questão: como construir um Estado de direito e uma democracia nas sociedades dominadas pela diversidade cultural e diversidade étnica? Este é um dilema africano... Imposto à realidade social africana, o modelo do Estado-nação é forte por causa do seu primado de unificação cultural e étnica, e de individualização do corpo social. Nele, vive-se a vontade de viver todos juntos no respeito pelas diferenças.

Sociologicamente falando, no plano africano, as etnias africanas são povos ou “nações” pré-coloniais na medida em que encarnam dois critérios objectivos de identificação de uma nação: laços de sangue, língua, cultura, religião, a terra, ou seja a vontade de viver juntos atestada pela história, que não foi uma invenção do colono... São estes princípios objectivos e subjectivos defendidos pelos politólogos, para se falar da nação. O africano está nesta senda: vive na confusão entre nação e etnia... No campo político, como a “cópia” do poder de tipo ocidental continua a impor-se, procura-se o seu reconhecimento e a sua reconciliação com a realidade africana.

Com as ferramentas fornecidas pela história, antropologia política e jurídica, sociologia, ciências políticas, a prova está dada: em matéria da modernidade política, a África Negra não percorreu a mesma trajectória com o Ocidente. Dar-lhe a cura com esta fórmula Estado-nação não parece ser, para muitos, a solução ideal. A honestidade intelectual obriga a reconhecer que as sociedades africanas pluri-étnicas já tinham o seu próprio modelo de nação, de Estado e da democracia. A cultura do Estado segmentário, como Impérios ou Reinos de Etiópia, Mali, Benin, Ghana, Kongo, Monomotapa, fornecem argumentos para a “re-fundação” de uma república pluri-étnica e autónoma na gestão dos governos locais de clãs, linhagens, tribos e outras formas de reinados (cf. Thiyembe, 2006: 162-164).

## V. Quadro actual e desafios urgentes

Como não podia deixar de ser, sendo a modernidade um fenómeno social irreversível para a África, ainda mais com este processo tão visível, como é a globalização, a política, sendo uma esfera muito importante para qualquer sociedade, também sofreu, e está ainda a sofrer, mudanças de vulto no contexto africano. Na medida em que o tempo vai avançando, também muita coisa vai mudando na política africana, sobretudo nesta era da modernidade. Assim, a política vai, obviamente, acompanhando os passos desta nova realidade (cf. Matumona, 2011:111-119).

À luz desta premissa, pode-se adiantar que o quadro político africano começou a enfrentar problemas desde os tempos remotos. Com a colonização, tudo começou a mudar de uma forma radical. Surgiram novas marcas. A modernidade assinalou uma ruptura: a autoridade tradicional foi perdendo a sua influência perante a autoridade colonial moderna. Surgiu um sistema moderno, fundado na burocracia que instaura relações menos personalizadas. Estes “embarços” situam-se na linha da dinâmica da modernização. Neste âmbito, há dados importantes a assinalar. O nascimento do Estado em África acompanha a instauração de uma sociedade nova que se impõe às sociedades tradicionais que sofrem desmembramento, fruto do espírito ocidental (cf. Mbokolo, Tomo II, 2007: 518-527 e Tshiyembe, 2001).

Decididamente, o processo da formação e da aprovação dos Estados modernos, em África, é irreversível, pois os ventos da globalização facilitam esta nova forma de governar, que continua a triunfar. Com estes ventos, a África mudou quase em todos os aspectos. No campo político, hoje, fala-se, e exige-se a democracia. E muitos países aderiram a este regime, mesmo que seja apenas algo escrito no papel. Na verdade, a democracia, patente no multipartidarismo, está a ser uma realidade. Neste horizonte, com maiores ou menores dificuldades, os novos Estados modernos conseguiram unir as diferentes etnias, culturas e línguas num só país, apelidado de “nação”...

Normal e frequentemente, em África, em muitos países marcados pelas diferenças entre os seus povos, recorre-se a este slogan: “*Somos um só povo e uma só nação*”. E fala-se da unidade nacional que se concretiza nas diversidades e nas diferenças, e não na uniformidade. Evidentemente, nestas circunstâncias, esforços devem ser envidados para que os africanos tenham uma ideia de nação bem enquadrada nos dias de hoje. A nação

deve passar a corresponder ao território que forma um país independente, tendo um Estado com todos os requisitos, segundo os cânones da política moderna.

## **Conclusão**

Depois desta reflexão, o que podemos dizer sobre a ideia de nação em África? As lições da história e de outros tratados estão bem claras e permitem-nos perceber a trajectória que o africano percorreu para chegar até à realidade actual. Seguramente, o colonialismo mudou o rumo da sua história...

Tendo tido uma organização social e política própria, estabelecida na base de “critérios naturais”, as potências coloniais, sobretudo com a Conferência de Berlim (1885), traçaram um novo mapa do continente, impondo fronteiras artificiais, que deformaram as estruturas dos autóctones: etnias foram divididas e espalhadas por vários países, perdendo a sua coesão. Esta tem sido, muitas vezes, uma das causas da instabilidade.

Com as independências nasceram os Estados novos, que nada mais fizeram senão manter as fronteiras concebidas pelas potências europeias. Daí, a dificuldade para o africano entender bem o que é uma “nação” para ele. Todavia, com a modernidade, tudo é irreversível. Os Estados modernos vão coabitando com alguns valores e mazelas, como o tribalismo, a etnicidade, a democracia, a ditadura, etc..

Hoje, urge, pois, encontrar meios e métodos para os africanos conceber a ideia de nação à sua maneira, mas com capacidade de lutar pela unidade, paz e concórdia entre todos os povos de um só país, vivendo em sintonia com os Estados modernos, que já são bem instituídos e bem implantados no continente-berço...

## BIBLIOGRAFIA

- Basil, Davidson (1978), *À descoberta de África*, Lisboa: Sá da Costa
- Georges, Balandier (1971) : *Sociologie actuelle de l'Afrique Centrale*, Paris: Presses Universitaires
- Idem (1987): *Antropologia Política*, Lisboa: Presença
- J. D., Fage (2010), *História de África Negra*, Lisboa: 70
- Jean-Marc, Ela (1998): *Innovations sociales et renaissance de l'Afrique noire*, Paris : L'Harmattan
- Luís, de Sá (1999): *Introdução à Ciência Política*, Lisboa: Universidade Aberta
- Bouopa, Kamé (2010): *Les handicaps coloniaux de l'Afrique Noire*, Paris: L'Harmattan
- Pierre, Kipré (2006): “L'historiographie de la formation de l'état contemporain en Afrique: du devoir de mémoire à la construction de l'avenir”, in *Présence Africaine* n° 173, 145-160
- Joseph, Kizerbou (1999, [I Volume]): *História de África Negra*, Mem Martins: Europa América
- Idem (2002 [II Volume, 3ª edição]): *História de África Negra*, Mem Martins: Europa América
- Aggée, Lomo (2006), “L'histoire au chevet de l'Afrique. Passé colonial, histoire trouée et mémoire brouillée”, in *Présence Africaine* n° 173, 169-188
- Jean, Mfoulou (1986), *L'OUA - Triomphe de l'unité ou des Nationalités? Éssaie d'une sociologie politique de l'Organisation de l'Unité Africaine*, Paris: L'Harmattan
- Elikia, Mbokolo (2007, Tomo II), *África Negra. História e Civilizações do século XIX aos nossos dias*, Lisboa: Colibri
- Muanamosi, Matumona (2011), *Filosofia Africana na linha do tempo. Implicações epistemológicas, pedagógicas e práticas de uma ciência moderna*, Lisboa: Esfera do Caos

Mwayila, Thiyembe (2001), *Etat multinational et démocratie Africaine. Sociologie de la renaissance politique*, Paris: L'Harmattan

Idem (2006), "Refondation de l'état africain et mondialisation", in *Présence Africaine* n° 173, 161-168

Raymond, F. Betts (2007), *La decolonizzazione*, Bologna: Il Mulino